

MOVIMENTOS SOCIAIS



As recentes mobilizações convocadas pelos estudantes e abraçadas por amplos setores da sociedade preparam o caminho para a pretendida Greve Geral de 14 de junho. Mas, desde já, a organização desses movimentos mostra a construção de uma unidade até então inédita.

Maio: tsunami de vida no cenário político

As mobilizações dos dias 15 e 30 de maio foram um sopro de vida no cenário político brasileiro: alegria, atitude, responsabilidade, vigor, sonhos de futuro, solidariedade, destemor.

Contraste absoluto com o que se viu no intervalo entre elas, quando apoiadores do governo foram às ruas, dia 26, destilando mau humor corrosivo e uma quase inacreditável raiva de si mesmos, demonstrada na defesa da proposta de reforma da Previdência e do fim do regime democrático, por exemplo.

Já no nome Tsunami da Educação, adotado informalmente nas redes sociais no calor das manifestações, o 15 de maio sintetizou o espírito que o movia. Fez troça do presidente, que dias antes havia ameaçado o país com a vaga previsão de um tsunami e, de quebra, deixou de lado o tom oficioso embutido no nome de origem, Dia Nacional de Luta Pela Educação. Sintoma de uma mobilização que surgiu de fato das bases.

Sem alarde, os estudantes foram construindo essas mobilizações desde que a eleição de Bolsonaro deixou evidente que as tradicionais disputas entre

as esquerdas haviam perdido relevância frente ao descalabro que viria.

A gestação do movimento se deu nas universidades públicas federais e estaduais. Assim que veio a público a proposta de realizar um dia de paralisações nos campi e de protesto nas ruas, bastou uma quinzena para que a mobilização se esparramasse para outros setores de atividade e recebesse adesão entusiasmada de professores, pais e outros movimentos sociais.

Às vésperas de sua realização, o #15M (outro nome fantasia que ganhou) foi saudado, em documentos públicos, por trabalhadores, professores e pais de alunos do setor privado do ensino médio. A classe média, definitivamente, embarcara naquilo que se tornaria o maior protesto contra o governo até então.

Nas ruas – e nas capas dos jornais de todo o Brasil no dia seguinte –, o que se viu foram multidões que não ostentavam símbolos partidários. Não foram identificadas nem frequentaram a mídia lideranças do movimento. Na superfície, as manifestações do dia 15 de maio se assemelhavam ao que se chama

“mobilização horizontal” e fizeram lembrar, ligeiramente, as jornadas de junho de 2013.

A semelhança se encerra aí. As mobilizações não perderam em momento algum contato com a pauta original, em defesa da educação e contra os cortes de verbas e ataques ideológicos cometidos pelo governo sobre o setor. Os acréscimos foram todos à esquerda: contra a reforma da Previdência, contra a violência policial e a intolerância em todas as suas formas.

A mobilização dos estudantes e trabalhadores do ensino teve longo e cuidadoso preparo, com participação decisiva de entidades sindicais e até mesmo de partidos políticos, como o PT, ativo na disputa eleitoral de DCE's (Diretório Central dos Estudantes) pelo país. A mobilização uniu tendências que até pouco tempo antes se engalfinhavam no ambiente universitário em infindáveis debates. CUT, CTB, Conlutas e Intersindical fecharam questão em torno do inimigo comum.

O golpe de 2016 criou o denominador comum, relata Raquel Dias Araújo, primeira-tesoureira do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), entidade filiada à Conlutas. “Houve uma mudança política significativa a partir do impeachment da Dilma e da entrada de um governo ilegítimo”, conta. “Todo um cenário conservador que culminou, em 2018, com a eleição de Bolsonaro. Essa mudança na luta de classes explica em larga medida as unidades que estão sendo construídas no movimento sindical, de uma maneira geral, e no campo da educação mais especificamente”, explica Raquel, professora de Política Educacional na Universidade Estadual do Ceará. “É uma unidade conjuntural diante de um governo que adotou a educação como alvo preferencial de ataque”, diz.

Nessa trajetória, as entidades sindicais que atuam no setor passaram a se reunir periodicamente, movidas por ameaças como a PEC 95, que congelou investimentos públicos por 20 anos, pelo estímulo à perseguição ideológica representado pelo Escola Sem Partido e pronunciamentos ministeriais que desqualificavam o ensino público. A gota d'água foi o corte de verbas anunciado no 1º de maio deste ano pelo ministro da Educação.

Um marco dessa unidade política foi a criação, em

2016, do Fórum Nacional Popular da Educação, hoje composto por 35 entidades sindicais. Esse fórum representou uma resposta ao então governo Temer que, por uma manobra, esvaziou o Fórum Nacional da Educação, que havia sido reconhecido como interlocutor oficial do segmento logo após o encerramento da Conferência Nacional da Educação, na elaboração do Plano Nacional da Educação pelo então ministro Fernando Haddad. Em 2016, Mendonça Filho, que ocupava a pasta, editou nova portaria que retirou do Fórum diversas entidades do campo popular.

Entidades, entre elas a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), filiada à CUT, que representa trabalhadores e professores da rede pública de ensino infantil, fundamental e médio, decidiram então fundar um novo espaço de representação, o Fórum Nacional Popular da Educação.

Como um polo aglutinador, o fórum teve papel decisivo na organização das mobilizações de maio. A CNTE não só apoiou como participou das mobilizações. O presidente da confederação, o professor pernambucano Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, saúda a unidade inédita em torno dessas mobilizações, que inclui a chegada do Andes. Embora a entidade não tenha aderido ao fórum, é signatária das convocatórias das mobilizações.

Entre os estudantes das universidades federais e estaduais, o trabalho político não arrefeceu, a despeito do discurso antipolítico que se pretende dominante. Tampouco o debate se afastou totalmente da esfera partidária, como queriam os baluartes das mobilizações de 2013. A importância das disputas eleitorais pelos diretórios não foi desprezada.

“Interessante perguntar sobre a conquista do DCE para analisar uma experiência de direção política, pois ela foi possível, em larga medida, justamente pela organização da força petista na USP. Me explico: muito embora a unidade no DCE reflita a organização da Frente Brasil Popular, parte fundamental dela é organizada ao redor do petismo na universidade, que até o surgimento de nosso núcleo unitário, o Balaio, era algo impensável”, conta Matias Cardomingo, que, além de integrante eleito do DCE Livre da USP Alexandre Vanucchi Leme, é coordenador da Associação dos Pós-Graduandos da universidade.

“A experiência de unificar o PT no movimento estudantil acabou até mesmo reverberando nacionalmente, pois era uma novidade unificar a direção política responsável por guiar o campo do petismo. Foi justamente dessa canalização que originou nossa força” diz, ao lembrar a volta do PT ao DCE da USP após um hiato de dez anos, com a vitória da chapa Nossa Voz, em 2017.

Para ilustrar as sensações difusas que ainda rondam militantes à sombra das jornadas de 2013, Matias, que é estudante de Economia, conta: “Como anedota é interessante registrar que no ato do dia 15 dois meninos vieram me pedir para abaixar a bandeira do PT: ‘Estamos em um ato apartidário pela educação’, disseram. Eu só pude responder que eles não haviam vivido 2013 para entender que a negação dos partidos de então, manifesta nos gritos de ‘meu partido é meu país’, havia aberto a porta para parte relevante da antipolítica expressada pelo Bolsonarismo. Não aprender com a história é sempre um erro. Com a história tão recente, não é nem uma opção”, relata.

“A USP passou por um processo oposto ao da conjuntura nacional, pois conforme o petismo cresceu e se consolidou na universidade, a direita se desarticulou. Isso porque seu maior representante era a chapa USPInova, que participou de alguns processos eleitorais com o mesmo nome e cresceu seu capital político. Contudo, conforme a polarização nacional aumentava, era preciso que a representação do campo conservador também se radicalizasse e esse setor não estava disposto a isso. Soma-se a esse fator que nossa organização contou com o avanço da esquerda (ou ao menos de um campo progressista) em todas as principais unidades daquele que era o campo conservador. Basta notar que hoje as quatro mais lembradas - Medicina, Direito, Poli e, principalmente, a Faculdade de Economia e Administração (FEA) são dirigidas pela esquerda”, finaliza Matias.

A vitória na USP, na opinião do dirigente, teve papel irradiador no restante do Brasil. Outra rodada de debate político entre os estudantes se aproxima. Na primeira semana de julho acontece o 57º Congresso Nacional da UNE. O processo de escolha de delegados começou em abril e está ocorrendo de

acordo com os calendários de cada universidade.

A UNE, por sua vez, organizou assembleias por todo o Brasil nos dias que antecederam as mobilizações de 15 e 30 de maio. As mobilizações do dia 30, por sinal, foram convocadas pela UNE no calor das passeatas do dia 15. A presidenta Mariana Dias, com a mesma verve com que enfrentaria o ministro da Educação durante audiência na Câmara dos Deputados, no dia 22, concedeu entrevistas em que anunciava a segunda rodada de mobilização. As demais entidades do Fórum Nacional Popular da Educação endossaram a iniciativa.

A aposta de todas as lideranças entrevistadas para o Boletim de Análise de Conjuntura era a de que o dia 30 de maio seria ainda maior do que o dia 15 (as mobilizações ocorreram após o fechamento desta edição). Outra aposta, esta em aberto, é que as duas manifestações pavimentam o caminho para a Greve Geral marcada para o dia 14 de junho, que tem como principal bandeira a luta contra o desmonte da Previdência proposto pelo governo.

“A defesa da educação e da universidade pública unificou todos nós, porque ficou claro que nossa sobrevivência está em jogo”, explica Marcos Otávio de Oliveira Santos, representante da Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil) na Universidade Federal de Lavras (MG). “Mas nossa prioridade é também lutar contra a reforma previdenciária. A destruição da Previdência é um tema muito mais impactante que os cortes na educação. Até porque, para reverter depois, a correlação de forças teria de se alterar de forma muito brusca nos quatro anos seguintes, o que a gente não imagina que vá acontecer”, diz o dirigente cutista da Fasubra, entidade atualmente não filiada a uma central sindical.

A julgar pela criação do Fórum dos Partidos de Oposição (PT, PSOL, PSB, PDT e PCdoB), cujo um dos objetivos expressos é a aproximação com os movimentos sociais e a adoção de agenda comum, é possível imaginar que as direções partidárias estão atentas aos movimentos iniciados no meio estudantil.

A presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, garante que sim. “O Fórum dos Partidos de Oposição definiu uma agenda de contatos com movimentos sociais,

centrais sindicais e entidades da sociedade civil para discutir a defesa da democracia, da soberania nacional e dos direitos ameaçados pelo atual governo. O que inclui também uma organização para o ato contra os cortes na educação, marcado para o dia 30, e para a Greve Geral”.

Ao comentar a ausência ostensiva de bandeiras e faixas partidárias nas mobilizações recentes, ela afirma que isso não significou falta de atuação, mas um modo diferente de fazê-lo. Ela destaca a atuação parlamentar. “Como parte desse enfren-

tamento, o PT e as demais legendas de oposição protestaram também obstruindo as votações no plenário da Câmara dos Deputados e denunciando o desmonte da educação brasileira promovido pelo governo Bolsonaro”, afirma.

O presidente da CUT, Vagner Freitas, acredita que a Greve Geral vai fazer jus ao nome. Ele lembra qual o principal indicador de sucesso de uma paralisação como essa: “As ruas das grandes e médias cidades vazias, como ocorreu em 28 de abril de 2017”.